

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	41
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	44
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	209.396.514
Preferenciais	0
Total	209.396.514
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.938.181	1.774.947
1.01	Ativo Circulante	44.101	88.378
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.380	62.830
1.01.03	Contas a Receber	21.504	15.746
1.01.03.01	Clientes	21.504	15.737
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.04	Estoques	0	1.336
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.045	5.477
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.045	5.477
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.069	2.768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	103	221
1.01.08.03	Outros	103	221
1.02	Ativo Não Circulante	1.894.080	1.686.569
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	38.764	29.686
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	32.626	29.038
1.02.01.01.03	Aplicação Financeira Restrita	32.626	29.038
1.02.01.03	Contas a Receber	5.452	0
1.02.01.03.01	Clientes	5.452	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	686	648
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	686	648
1.02.03	Imobilizado	3.391	3.053
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.391	3.053
1.02.04	Intangível	1.839.052	1.639.190
1.02.04.01	Intangíveis	1.839.052	1.639.190
1.02.05	Diferido	12.873	14.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.938.181	1.774.947
2.01	Passivo Circulante	232.275	202.786
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.187	5.881
2.01.01.01	Obrigações Sociais	6.187	5.881
2.01.02	Fornecedores	41.812	31.956
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.812	31.956
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.977	4.300
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.331	2.272
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.331	2.272
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.646	2.028
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	122.549	112.320
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	74.157	66.937
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	74.157	66.937
2.01.04.02	Debêntures	48.392	45.383
2.01.05	Outras Obrigações	47.509	39.369
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	25.365	15.383
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	7.841	109
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	17.524	15.274
2.01.05.02	Outros	22.144	23.986
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	4.264
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	18.285	15.996
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.061	1.002
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	168	94
2.01.05.02.07	Adiantamento de Seguros	2.630	2.630
2.01.06	Provisões	9.241	8.960
2.01.06.02	Outras Provisões	9.241	8.960
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos	9.241	8.960
2.02	Passivo Não Circulante	1.183.403	1.052.983
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	787.497	781.636
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	787.497	781.636
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	787.497	781.636
2.02.02	Outras Obrigações	272.834	147.379
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	272.834	147.379
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	272.834	147.379
2.02.03	Tributos Diferidos	68.235	72.357
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.235	72.357
2.02.04	Provisões	54.837	51.611
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.190	1.859
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	900	561
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.290	1.298
2.02.04.02	Outras Provisões	52.647	49.752
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção	52.647	49.752
2.03	Patrimônio Líquido	522.503	519.178
2.03.01	Capital Social Realizado	358.785	358.785
2.03.04	Reservas de Lucros	163.718	160.393
2.03.04.01	Reserva Legal	9.887	9.887

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	153.831	154.770
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	-4.264

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.087	350.059	187.881	328.908
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-160.042	-302.717	-162.600	-278.364
3.03	Resultado Bruto	26.045	47.342	25.281	50.544
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.525	-12.086	-8.977	-14.218
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.517	-12.066	-8.860	-13.981
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-6.049	-11.165	-8.305	-13.187
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-468	-901	-555	-794
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	54	123	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-62	-143	-117	-237
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	19.520	35.256	16.304	36.326
3.06	Resultado Financeiro	-15.724	-30.220	-13.277	-26.081
3.06.01	Receitas Financeiras	1.739	3.556	906	2.194
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.463	-33.776	-14.183	-28.275
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.796	5.036	3.027	10.245
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.294	-1.711	-1.035	-3.495
3.08.01	Corrente	-4.168	-5.833	0	0
3.08.02	Diferido	2.874	4.122	-1.035	-3.495
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.502	3.325	1.992	6.750
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.502	3.325	1.992	6.750
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01195	0,01588	0,01239	0,04426
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01195	0,01588	0,01239	0,04426

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	2.502	3.325	1.992	6.750
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.502	3.325	1.992	6.750

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	23.100	40.939
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.587	68.660
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	3.325	6.750
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	35.540	21.116
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	1.233	721
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.122	3.495
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.783	-691
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre mútuos	10.453	7.557
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de empréstimos	21.219	19.399
6.01.01.10	Despesa / (receita) financeira dos ajustes a valor presente	1.577	1.172
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	548	5.060
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	1.597	4.081
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-43.188	-27.500
6.01.02.01	Contas a receber	-5.767	646
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	9	-242
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-2.267	-299
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-38	-608
6.01.02.06	Fornecedores	680	-4.225
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	1.714	-4.273
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	374	4.702
6.01.02.09	Obrigações sociais	306	32
6.01.02.10	Obrigações fiscais	1.328	779
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-7.445	0
6.01.02.15	Outras contas a pagar	74	-125
6.01.02.17	Taxa de Fiscalização	59	49
6.01.02.18	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-217	-221
6.01.02.19	Despesas antecipadas sobre empréstimos	382	0
6.01.02.20	Pagamento de juros	-32.380	-23.715
6.01.03	Outros	-3.299	-221
6.01.03.01	Estoques	1.336	-651
6.01.03.02	Despesas antecipadas	699	480
6.01.03.04	Outros créditos	118	-50
6.01.03.05	Outras contas a receber	-5.452	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-195.986	-183.427
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-616	-541
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-193.264	-180.262
6.02.04	Aplicação financeira vinculada	-3.438	-9.333
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	1.332	6.709
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	122.436	220.625
6.03.01	Captações de empréstimos	43.945	174.263
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-31.480	-13.638
6.03.07	Captações de empréstimos - empresas ligadas	146.777	0
6.03.08	Pagamentos de principal - empresas ligadas	-30.000	0
6.03.09	Pagamentos de juros - empresas ligadas	-2.542	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.03.12	Pagamentos de dividendos	-4.264	0
6.03.14	Aumento de Capital	0	60.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-50.450	78.137
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	62.830	42.254
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.380	120.391

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	358.785	0	160.393	0	0	519.178
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.325	0	3.325
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.325	0	3.325
5.07	Saldos Finais	358.785	0	160.393	3.325	0	522.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.110	0	146.704	0	0	343.814
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.110	0	146.704	0	0	343.814
5.04	Transações de Capital com os Sócios	67.675	0	0	0	0	67.675
5.04.01	Aumentos de Capital	60.000	0	0	0	0	60.000
5.04.06	Dividendos	7.675	0	0	0	0	7.675
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.750	0	6.750
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.750	0	6.750
5.07	Saldos Finais	264.785	0	146.704	6.750	0	418.239

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	363.927	340.423
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	136.532	130.595
7.01.02	Outras Receitas	227.395	209.828
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	215.598	208.250
7.01.02.02	Outras	11.797	1.578
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-262.476	-256.880
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-27.140	-22.646
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.404	-2.206
7.02.04	Outros	-232.932	-232.028
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-215.598	-208.250
7.02.04.04	Custo da Concessão	-9.776	-9.681
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-1.597	-4.081
7.02.04.06	Outros	-5.961	-10.016
7.03	Valor Adicionado Bruto	101.451	83.543
7.04	Retenções	-35.540	-21.116
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.540	-21.116
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	65.911	62.427
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	21.310	7.844
7.06.02	Receitas Financeiras	3.556	2.194
7.06.03	Outros	17.754	5.650
7.06.03.02	Juros Capitalizados	17.631	5.650
7.06.03.03	Outros	123	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	87.221	70.271
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	87.221	70.271
7.08.01	Pessoal	16.620	14.732
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.037	11.637
7.08.01.02	Benefícios	2.841	2.413
7.08.01.03	F.G.T.S.	742	682
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.069	14.864
7.08.02.01	Federais	7.799	8.408
7.08.02.03	Municipais	7.270	6.456
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	38.752	26.368
7.08.03.01	Juros	21.219	19.404
7.08.03.02	Aluguéis	801	0
7.08.03.03	Outras	16.732	6.964
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	14.629	5.650
7.08.03.03.02	Despesas Financeiras	526	141
7.08.03.03.03	Outras	1.577	1.173
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.325	6.750
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.325	6.750
7.08.05	Outros	13.455	7.557
7.08.05.01	Juros - Mútuos	10.453	7.557
7.08.05.02	Juros Capitalizados - Mútuos	3.002	0

Comentário do Desempenho



Registro, 05 de agosto de 2015 – A Autopista Régis Bittencourt S.A. empresa do grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2015 (2T15). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- No 2T15 o tráfego pedagiado foi de 32.854 mil veículos equivalentes. Em relação ao 2T14, houve uma redução no fluxo de veículos de 8%. O 2T15 também apresentou uma redução do tráfego pedagiado de 7,2% em relação ao 1T15, que se deve principalmente pela retração econômica do país.

Receita Operacional Bruta

- No 2T15 a Autopista Régis Bittencourt S.A. obteve uma receita bruta de R\$ 193,7 milhões. Em relação ao 2T14, não houve uma variação no percentual da receita bruta, devido ao (i) aumento na tarifa básica de pedágio de R\$ 1,80 para R\$ 2,00; (ii) redução de 9,2% das receitas de obras, que acompanham o volume de obras, a qual foi registrada em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas, no momento em que a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado, ou seja, essa receita tem como contrapartida o custo dos serviços de construção de mesmo valor, não impactando o EBITDA da Companhia, e (iii) aumento de 704,4% nas Outras Receitas, decorrente principalmente da realização de contrato de uso da Faixa de Domínio. Em relação ao 1T15, houve um aumento da receita bruta em 13,8% decorrente principalmente pelo acréscimo das receitas de obras em 16,8% e também das outras receitas em R\$ 11,7 milhões.

Custos e Despesas

- Os custos e despesas no 2T15 reduziram 7,6% em relação ao 2T14, em função da (i) redução em 28% das despesas administrativas; e (ii) redução em 9,2% nos custos dos serviços de construção, devido ao aumento do volume de obras. O custo dos serviços de construção, registrado em função da adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, conforme comentado nas notas explicativas tem como contrapartida uma receita de obras de mesmo valor, não impactando o resultado da Companhia. Em relação ao 1T15, os custos e despesas aumentaram 13,7% em função do aumento nos custos dos serviços de construção e das despesas administrativas.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA e o EBITDA Ajustado aumentaram 38,7% e 35,4% em relação ao 2T14 principalmente em função da redução dos Custos e Despesas, conforme informado anteriormente. Em relação ao 1T15, o EBITDA e EBITDA Ajustado aumentaram 12,5% e 19,2% devido o aumento das Receitas de obras e das Outras receitas, também informados acima.

Comentário do Desempenho



- Adicionalmente, destacamos que o EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado foi calculado a partir da reversão do efeito desta provisão e se equivale ao EBITDA publicado anteriormente à adoção do ICPC 01.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro do 2T15 apresentou aumento de 18,4% em relação ao 2T14 decorrente do aumento das despesas financeiras, principalmente pelo aumento dos juros sobre os empréstimos tomados junto a sua controladora Arteris S.A., impulsionados pela assinatura de duas escrituras de Debêntures Privadas para execução do plano de investimentos da Sociedade, adicionado aos juros dos mútuos existentes. O resultado financeiro também aumentou 8,5% em relação ao 1T15, devido ao aumento das despesas financeiras.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro de R\$ 2,5 milhões, que comparado ao 2T14 e 1T15, apresentou um aumento de R\$ 0,5 e R\$ 1,7 milhões respectivamente.

Endividamento

- A Autopista Régis Bittencourt S.A. encerrou o segundo trimestre com um endividamento de R\$ 910 milhões contra R\$ 924,1 milhões no trimestre anterior. A redução refere-se aos pagamentos dos recursos junto ao BNDES.
- O endividamento bruto e líquido do 2T15 foi, respectivamente, de R\$ 910 e R\$ 865 milhões e no 1T15 foi de R\$ 924,1 e R\$ 856,1 milhões.

Investimentos

- No segundo trimestre de 2015, foram investidos R\$ 97,3 milhões em cumprimento do cronograma de investimentos do contrato de concessão, distribuídos principalmente em:
 - a) execução de obras de melhoramentos, sendo as principais:
 - duplicação da Serra do Cafezal;
 - ruas laterais;
 - trevos em desnível;
 - dispositivos de interseção.
 - b) execução de obras de manutenção de rodovia, utilizados principalmente na realização de obras de pavimentação, elementos de proteção e segurança, sistemas de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
Autopista Régis Bittencourt S.A.	32.854	35.393	35.697	-7,2%	-8,0%	68.247	72.530	-5,9%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
RECETA OPERACIONAL BRUTA	193.695	170.232	193.633	13,8%	0,0%	363.927	340.423	6,9%
Receitas de pedágio	65.729	70.803	64.273	-7,2%	2,3%	136.532	130.595	4,5%
Receitas de obras	116.174	99.424	127.894	16,8%	-9,2%	215.598	208.250	3,5%
Outras Receitas	11.792	5	1.466	235740,0%	704,4%	11.797	1.578	647,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.608)	(6.260)	(5.752)	21,5%	32,3%	(13.868)	(11.515)	20,4%
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	186.087	163.972	187.881	13,5%	-1,0%	350.059	328.908	6,4%
CUSTOS E DESPESAS	(148.604)	(130.659)	(160.858)	13,7%	-7,6%	(279.263)	(271.466)	2,9%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(24.161)	(26.090)	(22.018)	-7,4%	9,7%	(50.251)	(45.106)	11,4%
Custo dos serv. de construção	(116.174)	(99.424)	(127.894)	16,8%	-9,2%	(215.598)	(208.250)	3,5%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.913)	(4.983)	(8.215)	18,7%	-28,0%	(10.896)	(12.998)	-16,2%
Remuneração da administração	(468)	(433)	(555)	8,1%	-15,7%	(901)	(794)	13,5%
Despesas tributárias	(62)	(81)	(117)	-23,5%	-47,0%	(143)	(237)	-39,7%
Provisão para manutenção em rodovias	(1.880)	283	(2.059)	-764,3%	-8,7%	(1.597)	(4.081)	-60,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	54	69	-	-21,7%	-	123	-	-
EBITDA	37.483	33.313	27.023	12,5%	38,7%	70.796	57.442	23,2%
Margem EBITDA	19,4%	19,6%	14,0%	-1,1%	38,7%	19,5%	16,9%	15,3%
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(17.963)	(17.577)	(10.719)	2,2%	67,6%	(35.540)	(21.116)	68,3%
Depreciação de imobilizado	(143)	(135)	(90)	5,9%	58,9%	(278)	(189)	47,1%
Amortização do intangível	(16.937)	(16.558)	(9.744)	2,3%	73,8%	(33.495)	(19.157)	74,8%
Amortização do diferido	(883)	(884)	(885)	-0,1%	-0,2%	(1.767)	(1.770)	-0,2%
RESULTADO FINANCEIRO	(15.724)	(14.496)	(13.277)	8,5%	18,4%	(30.220)	(26.081)	15,9%
Receitas financeiras	1.739	1.817	906	-4,3%	91,9%	3.556	2.194	62,1%
Despesas financeiras	(17.463)	(16.313)	(14.183)	7,0%	23,1%	(33.776)	(28.275)	19,5%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	3.796	1.240	3.027	206,1%	25,4%	5.036	10.245	-50,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.294)	(417)	(1.035)	210,3%	25,0%	(1.711)	(3.495)	-51,0%
Corrente	(4.168)	(1.665)	-	150,3%	-	(5.833)	-	-
Diferido	2.874	1.248	(1.035)	130,3%	-377,7%	4.122	(3.495)	-217,9%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.502	823	1.992	204,0%	25,6%	3.325	6.750	-50,7%

EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	2T15	1T15	2T14	Var% 2T15/1T15	Var% 2T15/2T14	1S15	1S14	Var% 1S15/1S14
EBITDA¹	37.483	33.313	27.023	12,5%	38,7%	70.796	57.442	23,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	1.880	(283)	2.059	-764,3%	-8,7%	1.597	4.081	-60,9%
EBITDA Ajustado²	39.363	33.030	29.082	19,2%	35,4%	72.393	61.523	17,7%

¹ EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Autopista Régis Bittencourt é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.arteris.com.br](http://www.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas Autopista Régis Bittencourt S.A.

Autopista Régis Bittencourt S.A.

*Informações Trimestrais Para o Período
Findo em 30 de junho de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139 nº 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A., a qual continuará garantindo a execução de seu programa de investimentos no portfólio atual de concessões. A Sociedade encontra-se em fase inicial onde há necessidade de um alto volume de investimentos, Por isso, a Sociedade necessita captar recursos tanto de terceiros como do seu acionista Arteris S.A.. O grupo Arteris conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica das suas subsidiárias e a capacidade de gerarem caixa para prover recursos suficientes, de modo que a Sociedade possa lidar com suas obrigações e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 05 de agosto de 2015.

2. CONCESSÕES

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436 na data-base da concessão. A partir de 30 de junho de 2015 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$149.036 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2015, os montantes de R\$1.238.130 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$630.251 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 30 de junho de 2015 poderão ser alterados em razão de

Notas Explicativas

adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações relativas a: bases de mensuração e reconhecimento; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela mudança de estimativa na determinação da amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

<u>Circulantes</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	9.348	9.252
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	9.241	8.960
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(107)</u>	<u>(292)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para manutenção em rodovias - real	64.797	60.755
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	52.647	49.752
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(12.150)</u>	<u>(11.003)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

Bittencourt S.A.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.269	1.560
Aplicações financeiras (*)	<u>11.111</u>	<u>61.270</u>
Total	<u><u>12.380</u></u>	<u><u>62.830</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 100,4% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2015</u>		<u>31.12.2014</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.894	-	14.736
Cupons de pedágio a receber	835	-	820
Cartões de pedágio a receber	278	-	181
Receitas acessórias a receber (a)	<u>5.497</u>	<u>5.452</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>21.504</u></u>	<u><u>5.452</u></u>	<u><u>15.737</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25.c.

(a) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	50.464	50.464
Provisão de participação nos lucros	1.234	1.604
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	2.190	1.859
Outras provisões	59	-
Provisão para manutenção	52.647	49.752
Ajuste dos encargos financeiros	1.998	1.717
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização passivas dos ajustes - mudança de práticas contábeis	8.927	-
Estorno de capitalização de juros	34	34
Base de cálculo	<u>(200.692)</u>	<u>(212.815)</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(68.235)</u>	<u>(72.357)</u>

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Passivo não circulante</u>	
2016 (após junho)	(4.101)
2017	(3.975)
2018	(3.975)
2019	(3.975)
A partir de 2020	<u>(52.209)</u>
	<u>(68.235)</u>

Notas Explicativas Bittencourt S.A.**8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS**

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2015 o saldo é de R\$32.626 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$29.038, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 100,4% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periférico	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Máquinas e Equipamentos	Imobilizado em Andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2014	880	942	217	653	2.073	32	4.797
Adições	34	15	-	472	95	-	616
Transferências / Reclassificações	32	-	-	-	-	(32)	-
Saldo em 30.06.2015	<u>946</u>	<u>957</u>	<u>217</u>	<u>1.125</u>	<u>2.168</u>	<u>-</u>	<u>5.413</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(400)	(550)	(180)	(32)	(582)	-	(1.744)
Depreciações	(46)	(62)	(10)	(47)	(113)	-	(278)
Saldo em 30.06.2015	<u>(446)</u>	<u>(612)</u>	<u>(190)</u>	<u>(79)</u>	<u>(695)</u>	<u>-</u>	<u>(2.022)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	480	392	37	621	1.491	32	3.053
Saldo em 30.06.2015	500	345	27	1.046	1.473	-	3.391
Taxas de depreciação - %	10%	20%	20%	4%	10%	-	-

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 30 de junho de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>				
Saldo em 31.12.2014	1.304.361	1.529	461.653	1.767.543
Adições	40.439	146	194.005	234.590
Transferências / Reclassificações	18.802	-	(18.802)	-
Alienações/baixas	-	-	(1.233)	(1.233)
Saldo em 30.06.2015	<u>1.363.602</u>	<u>1.675</u>	<u>635.623</u>	<u>2.000.900</u>
<u>Amortização acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2014	(127.582)	(771)	-	(128.353)
Amortizações	(33.378)	(117)	-	(33.495)
Transferências / Reclassificações	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-
Saldo em 30.06.2015	<u>(160.960)</u>	<u>(888)</u>	-	<u>(161.848)</u>
<u>Intangível líquido</u>				
Saldo em 31.12.2014	1.176.779	758	461.653	1.639.190
Saldo em 30.06.2015	1.202.642	787	635.623	1.839.052
Taxas de amortização - %	3,6%	20%	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

Notas Explicativas

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Depreciações e amortizações	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<u>35.338</u>	<u>35.338</u>
Amortização acumulada	<u>(22.465)</u>	<u>(20.698)</u>
	<u>12.873</u>	<u>14.640</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	dezembro/2024	74.157	66.937
Passivo não circulante:				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	dezembro/2024	<u>787.497</u>	<u>781.636</u>
Total			<u>861.654</u>	<u>848.573</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2016 (após junho)	36.986
2017	77.969
2018	83.618
2019	89.675
A partir de 2020	499.249
	<u>787.497</u>

Em 30 de junho de 2015 não houve alteração nas cláusulas restritivas contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

São representadas por:

	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30.06.2015 Circulante</u>	<u>31.12.2014 Circulante</u>
1ª emissão (a)	3.940	CDI + 1,4% a.a.	julho/2015	48.392	45.383
Total				<u>48.392</u>	<u>45.383</u>

(a) 1ª emissão de debêntures emitida em 4 de outubro de 2013 com valor nominal unitário em 30 de junho de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª emissão	04.10.2013	39.400	08.10.2013	39.415

A remuneração das debêntures da 1ª emissão será paga em uma única parcela juntamente com o principal na data do seu vencimento.

As debêntures da 1ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

14. FORNECEDORES

Em 30 de junho de 2015, o saldo de R\$41.812 (R\$31.956 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

Notas Explicativas**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Latina Sinalização de Rodovias Ltda (a)	-	5
Autopista Planalto Sul S.A. (a)	-	4
Total	<u>-</u>	<u>9</u>
<u>Passivo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	16.853	14.393
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (a)	671	881
Latina Manutenção de Rodovias Ltda (b)	7.841	109
Dividendos propostos:		
Arteris S.A. (c)	-	4.264
Total	<u>25.365</u>	<u>19.647</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	153.802	147.379
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (d)	<u>119.032</u>	<u>-</u>
Total	<u>272.834</u>	<u>147.379</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	5.476	2.171	-	3.900	417
Latina Manutenção de Rodovias Ltda	94	-	-	86	-	-
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista	-	-	1	-	-	-
Autopista Planalto Sul S.A.	-	-	2	-	-	-
Total	94	5.476	2.174	86	3.900	417

Contas de Resultado:	SEMESTRE					
	30.06.2015			30.06.2014		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (d)/(e)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (e)	Despesas gerais (a)
Arteris S.A.	-	10.453	2.651	-	7.557	1.464
Latina Manutenção de Rodovias Ltda	114	-	-	139	-	-
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	-	-	-	-	-	1
Concessionária de Rodovias do Interior Paulista	-	-	1	-	-	-
Autopista Planalto Sul S.A.	-	-	2	-	-	-
Total	114	10.453	2.654	139	7.557	1.465

- a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- c) Em 10 de abril de 2015, a Sociedade distribuiu os Dividendos obrigatórios constituídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 à controladora Arteris S.A., no montante de R\$ 4.264.
- d) Decorrentes da 2ª e 3ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2ª emissão em 27 de abril de 2017 e da 3ª emissão em 25 de junho de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2015	31.12.2014
27.04.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	50.000	1.235	-
27.05.2015	abril/2017	CDI + 1,50% a.a.	30.002	732	-
25.06.2015	junho/2017	CDI + 1,50% a.a.	37.000	63	-
			117.002	2.030	-

- e) Decorrentes de contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				30.06.2015	31.12.2014
29.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	4.000	3.377	2.994
06.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.880	5.211
27.10.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	17.000	14.063	12.449
05.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.749	5.087
27.11.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	22.000	17.779	15.712
05.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	7.000	5.622	4.966
19.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	24.000	19.077	16.839
07.07.2014	julho/2017	CDI + 1,4% a.a.	10.000	1.108	514
			<u>98.000</u>	<u>72.655</u>	<u>63.772</u>

Em 27 de maio de 2015, a Sociedade amortizou sua dívida do contrato de mútuo com a Arteris que foi assinado em 26 de fevereiro de 2015, sendo o valor de R\$30.000 correspondente ao principal e R\$754 referente a juros.

No decorrer do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$468 e R\$901 respectivamente (R\$555 e R\$794 respectivamente em 30 de junho de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 30 de junho de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.234 e R\$2.206.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do

Notas Explicativas

Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>30.06.2015</u>
Cíveis	1.298	894	(760)	(142)	1.290
Trabalhistas	561	529	(115)	(75)	900
Total	<u>1.859</u>	<u>1.423</u>	<u>(875)</u>	<u>(217)</u>	<u>2.190</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$550 e R\$0, respectivamente em cada natureza de risco, em 30 de junho de 2015 (R\$1.720 e R\$1.299, respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$686 em 30 e junho de 2015 (R\$648 em 31 de dezembro de 2014) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 30 de junho de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	Não circulante
	Investimentos em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2014	8.960	-	49.752
Adições/Reversões	-	2	1.597
Utilizações	-	-	
Ajuste a valor presente	279	-	1.298
Transferências	2	(2)	-
Saldo em 30.06.2015	<u>9.241</u>	<u>-</u>	<u>52.647</u>

17. SINISTROS RECEBIDOS

Em 30 de junho de 2015, o saldo de R\$2.630 (R\$2.630 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a indenizações recebidas do Itaú Seguros S.A., da Sul América Seguros S.A., Royal & SunAlliance Seguros Brasil S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais sinistrados ao longo da rodovia.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$358.785. As ações ordinárias sem valor nominal em 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

	30.06.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	209.396.514	209.396.514	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita de serviços prestados	65.729	136.532	64.273	130.595
Receita de serviços de construção	116.174	215.598	127.894	208.250
Outras receitas	11.792	11.797	1.466	1.578
	<u>193.695</u>	<u>363.927</u>	<u>193.633</u>	<u>340.423</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita bruta	193.695	363.927	193.633	340.423
ISSQN	(3.730)	(7.270)	(3.187)	(6.456)
PIS	(623)	(1.084)	(442)	(874)
COFINS	(2.873)	(5.003)	(2.039)	(4.037)
Outras deduções	(382)	(511)	(84)	(148)
Receita líquida	<u>186.087</u>	<u>350.059</u>	<u>187.881</u>	<u>328.908</u>

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas:				
Com pessoal	(3.196)	(5.900)	(2.001)	(4.966)
Serviços de terceiros	(1.063)	(1.682)	(752)	(1.318)
Manutenção de bens e conservação	(97)	(204)	(35)	(122)
Depreciação / Amortização	(136)	(269)	(90)	(189)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(176)	(548)	(3.784)	(4.257)
Despesas de aluguel	(108)	(256)	(125)	(275)
Seguros/Garantias	(2)	(2)	(5)	(7)
Consumo	(178)	(375)	(128)	(292)
Transportes	(149)	(256)	(114)	(262)
Outros	(944)	(1.673)	(1.271)	(1.499)
Total	(6.049)	(11.165)	(8.305)	(13.187)

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Custos:				
Custos de serviços da Construção	(116.174)	(215.598)	(127.894)	(208.250)
Com pessoal	(5.188)	(9.875)	(4.791)	(9.039)
Serviços de terceiros	(9.305)	(17.526)	(7.297)	(14.297)
Conservação	(2.850)	(7.930)	(3.183)	(7.035)
Manut./Conserv. Móveis/Imóveis	(580)	(1.210)	(682)	(1.493)
Consumo	(771)	(1.919)	(672)	(1.349)
Transportes	(815)	(1.888)	(864)	(1.713)
Verba de Fiscalização	(3.183)	(6.366)	(2.988)	(5.976)
Recursos para Desenvolvimento	(308)	(554)	(182)	(810)
Seguros / Garantias	(1.169)	(2.405)	(1.121)	(2.408)
Provisão de manutenção em rodovias	(1.880)	(1.597)	(2.059)	(4.081)
Depreciação / Amortização	(17.827)	(35.271)	(10.629)	(20.927)
Outros	8	(578)	(238)	(986)
Total	(160.042)	(302.717)	(162.600)	(278.364)

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	1.731	3.529	830	2.024
Outras receitas	8	27	76	170
Total	1.739	3.556	906	2.194

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(16.221)	(31.672)	(13.516)	(26.961)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(825)	(1.577)	(609)	(1.173)
Outras despesas	(417)	(527)	(58)	(141)
Total	(17.463)	(33.776)	(14.183)	(28.275)

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2015</u>	<u>30.06.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	23.695	20.073
Integralização de capital – reservas de lucro	-	7.675
Juros capitalizados	17.631	5.650

Notas Explicativas**23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 é como segue:

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.796	5.036	3.027	10.245
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(1.291)	(1.712)	(1.029)	(3.483)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outros ajustes	(3)	1	(6)	(12)
Despesa contabilizada	<u>(1.294)</u>	<u>(1.711)</u>	<u>(1.035)</u>	<u>(3.495)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(4.168)	(5.833)	-	-
Diferido	2.874	4.122	(1.035)	(3.495)

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em Lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

24. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizadas para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	30.06.2015		30.06.2014	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	2.502	3.325	1.992	6.750
Número de ações durante o ano	<u>209.397</u>	<u>209.397</u>	<u>160.816</u>	<u>152.492</u>
Lucro por ação	<u>0,01195</u>	<u>0,01588</u>	<u>0,01239</u>	<u>0,04426</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 30 de junho de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não detém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas Explicativas

Ativos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.269	1.560
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	11.111	61.270
Aplicações financeiras	Nível 2	32.626	29.038
Partes relacionadas	Nível 1	-	9
Contas a receber clientes	Nível 1	21.504	15.737
Outras contas a receber	Nível 1	103	221

Passivos	Nível (*)	30.06.2015	31.12.2014
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	Nível 1	60.097	47.951
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	861.654	848.573
Debêntures	Nível 2	48.392	45.383
Partes relacionadas	Nível 1	298.199	167.026
Verba de fiscalização	Nível 1	1.061	1.002
Outras contas a pagar	Nível 1	168	94

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Riscos de mercado**a) Exposição a riscos cambiais**

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	11,93%	14,91%	17,90%	8,95%
Juros a incorrer (*)	(33.669)	(42.076)	(50.480)	(25.257)
Receita de aplicações financeiras	5.239	6.548	7.858	3.929
TJLP	6,50%	8,13%	9,75%	4,88%
Juros a incorrer (*)	(56.083)	(70.104)	(84.125)	(42.063)
Juros a incorrer líquido (*)	(84.513)	(105.632)	(126.747)	(63.391)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$ 14.894 (R\$14.736 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados,

Notas Explicativas

através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2015 (após junho)	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Debêntures - CDI	8,49%	48.501	-	-	-	-	48.501
BNDES Automático	8,32%	64.134	128.267	128.267	128.267	714.895	1.163.830
Total		112.635	128.267	128.267	128.267	714.895	1.212.331

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	149.007

(*) Por sinistro

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade em 06 de julho de 2015 conforme previsto em contrato, amortizou o montante de R\$48.501 referente a remuneração das debêntures da 1ª emissão juntamente com o principal.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 6 de agosto de 2014.

Registro, 5 de agosto de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edgar Jabbour

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações trimestrais relativas ao período de três meses findo em 30 de junho de 2015.

Registro, 05 de Agosto de 2015.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu.

Registro, 05 de Agosto de 2015.

Diretoria

Marcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Eneo Palazzi

Diretor Superintendente